



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

INTEGRAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Rafael Rust Neves - rustn@hotmail.com

Arquiteto e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Profissional da área de Planejamento Urbano e Regional.

Frederico Guilherme Bandeira de Araujo (IPPUR/UFRJ) - fredaraujo@uol.com.br

Engenheiro, Professor Doutor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O presente trabalho propõe uma análise sobre como as estratégias de integração intra-universitária e integração universidade-cidade foram abordadas nos planos de territorialização do espaço universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao longo de sua história.

A integração intra-universitária diz respeito ao modo como os diversos discursos apontam para uma implantação física que favoreça maior interação entre as áreas do conhecimento e maior interação social da comunidade universitária. A integração universidade-cidade, por sua vez, se desdobra nos esforços de colaboração interinstitucional entre a universidade e a cidade onde está inserida, nas estratégias de localização frente às centralidades urbanas constituídas e em relação às condições de acesso ao espaço universitário.

O primeiro momento analisado é a primeira fase do processo de implantação da Universidade do Brasil (atual UFRJ), ao longo das décadas de 1930 a 1950. O discurso escolhido para análise, como representativo do processo, é o texto escrito por Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), de 1944 a 1956, intitulado “Cidade Universitária da Universidade do Brasil”, publicado em 1957. A escolha desse texto se deve ao fato de que ele traz uma síntese dos relatórios e estudos desenvolvidos pelo ETUB ao longo dessa primeira etapa de implantação da UFRJ.

O segundo momento é o do início dos anos setenta, em meio à reforma universitária levada a cabo pelos governos militares. O documento “A UFRJ Participa do Processo de Desenvolvimento do Brasil: Dados e Informações”, elaborado pela UFRJ e publicado em 1972, constitui-se como marco desse contexto. Contudo, entendendo que esse documento traz no seu conteúdo uma grande quantidade de informações em forma de tabelas, gráficos, plantas, diagramas etc., irei analisá-lo tomando como suporte outros dois discursos: o documento “Considerações sobre a localização da Cidade Universitária e do Aeroporto do Galeão”, elaborado pelo Escritório Técnico da Universidade (ETU) e publicado em 1969; e o artigo “Cidade Universitária: um sonho de 37 anos”, escrito pelos jornalistas Manoel Antônio Barroso (Correio da Manhã/RJ) e Celina Luz (Jornal do Brasil) e publicado na revista *Educação*, em 1972. O primeiro consiste em um relatório formulado no mesmo escritório que planejou o espaço universitário da UFRJ no momento anterior, oferecendo uma possibilidade privilegiada de comparação. O segundo, traz em seu conteúdo entrevistas com personagens importantes da história da UFRJ, tais como ex-reitores, ex-ministros, etc.

O terceiro momento é o processo de elaboração do atual plano diretor da UFRJ, intitulado “Plano Diretor UFRJ 2020: proposta para discussão”, organizado pelo Comitê Técnico do

Plano Diretor e publicado na revista UFRJ Debate, em junho de 2009. Esse documento é de fundamental importância devido à novidade de suas proposições, à envergadura dos projetos e à oposição declarada aos outros dois modelos de planejamento analisados.

1. O conceito de *integração* no documento “Cidade Universitária da Universidade do Brasil”

Os estudos e projetos para a implantação das instalações da Universidade do Brasil (atual UFRJ) iniciados em 1935 – por comissão designada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema –, já apontavam para uma implantação de forma concentrada num mesmo espaço físico, porém, a universidade mantinha-se fragmentada devido a dois fatores. Primeiro, porque ela herdava o conteúdo acadêmico-institucional da antiga Universidade do Rio de Janeiro, afinada com a universidade napoleônica e reafirmada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931¹. A universidade napoleônica foi concebida em fins do século XVIII pelo Estado Imperial Francês com o intuito construir a nação e conservar a ordem social pós-revolucionária. Constituída a partir de um conglomerado de faculdades voltadas para a formação profissional, prevalecia a ingerência dos professores catedráticos que sobrepunha a centralidade do reitor, com isso a fragmentação física e institucional se reproduzia. E segundo, porque sua forma fora planejada nos moldes dos cânones da arquitetura e do urbanismo modernistas, que, com seu zoneamento rígido encerrou as unidades acadêmicas em quarteirões estanques, interligados por um sistema viário que compartimentalizou o território universitário.

Dentre esses discursos que descreveram o processo de implantação da aludida Universidade destaca-se “Cidade Universitária da Universidade do Brasil”. O artigo foi publicado em 1957, um ano depois que o autor deixara o cargo de chefe do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, que ocupava desde 1944. Nesse sentido, o artigo ganha importância pelo seu viés “testamentário” do que foi realizado pelo ETUB sob chefia do autor. Ele traz uma síntese dos relatórios e estudos realizados na primeira etapa do processo de implantação da universidade, em curso naquele contexto.

O diagnóstico de fragmentação da UFRJ já constava nos relatórios e estudos publicados no contexto da sua implantação física, na década de 1950. Como causa da fragmentação constava a dispersão das unidades universitárias no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro, alojadas de forma improvisada em edifícios históricos e carentes de instalações que permitissem condições adequadas para seu funcionamento e expansão. Deste modo, o processo de implantação da Universidade do Brasil deveria reverter a supremacia do regime de escolas e faculdades isoladas que prevalecia desde a colônia.

No tocante às iniciativas de *integração intra-universitária*, o discurso ressalta a necessidade de constituir a universidade como totalidade a partir da unidade arquitetônica e urbanística, concentrando os edifícios num terreno contíguo:

“O correto [...] seria aguardar-se para planejar o *campus* da Universidade do Brasil, a sua **total** reestruturação e atualização na base da **concentração e interpenetração** dos ensinos análogos ou afins, de modo a reduzir as áreas a construir e evitar a repetição de custosos laboratórios e equipamentos. [...] Assim é que se manteve o plano de uma Cidade Universitária, centralizando, **num campus único**, todas as organizações de ensino, educação e cultura superiores, assim como esportes, residências, museus, bibliotecas, serviços auxiliares, horto florestal, etc. (BARBOSA, 1957, p.8, grifo nosso)

A idéia de integração é pensada a partir do agrupamento das diversas unidades universitárias em setores funcionais (biblioteca, reitoria, residências...) e acadêmicos (áreas demarcadas em função dos campos de conhecimento).

A fundamentação urbanística sob o qual a Cidade Universitária da Universidade do Brasil fora erigida estava presente no documento máster da arquitetura e do urbanismo modernistas: a Carta de Atenas². O reconhecimento da arquitetura modernista brasileira havia se consolidado graças ao *status* conquistado por arquitetos brasileiros, e dentre estes se destacaram, naquele contexto Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Neste sentido, a Cidade Universitária foi projetada para desempenhar funções no sentido de atender, de forma integral, às demandas vitais de um indivíduo-tipo. A adoção por parte do ETUB dos cânones da arquitetura e urbanismo modernistas fica explicitada no relatório publicado em 1954:

[...] será a Cidade Universitária da Universidade do Brasil de grandes proporções e a primeira a ser inteiramente projetada e construída de acordo com os princípios da arquitetura contemporânea brasileira, que tanto renome e prestígio tem alcançado nos meios técnicos e artísticos internacionais (ETUB, 1954, p.6).

As tipologias dos edifícios da Cidade Universitária, projetados naquele contexto, seguiram a determinação dos cânones modernistas: a padronização, os pilotis, a composição racional pura e a urbanização eram pensadas em termos de setorização dos diversos campos do conhecimento transpassados por grandes eixos viários. A distância entre os edifícios dentro da Cidade Universitária já era considerada no início do seu processo de implantação. Os planejadores, naquele contexto, buscavam formas de contornar esse problema através de um sistema de transporte interno: “Internamente, porém, a Cidade Universitária deverá contar com uma rede [sic] de micro-ônibus, visto serem suas dimensões bastante grandes, exigindo percursos de um dois e até quatro quilômetros de um a outro setor” (ETUB, 1954, p.5).

O Plano do Conjunto, apresentado na Fig.1, exemplifica o modelo de territorialização “cidade universitária” com as faculdades ocupando cada qual um edifício e, portanto, dispersas em setores estanques.

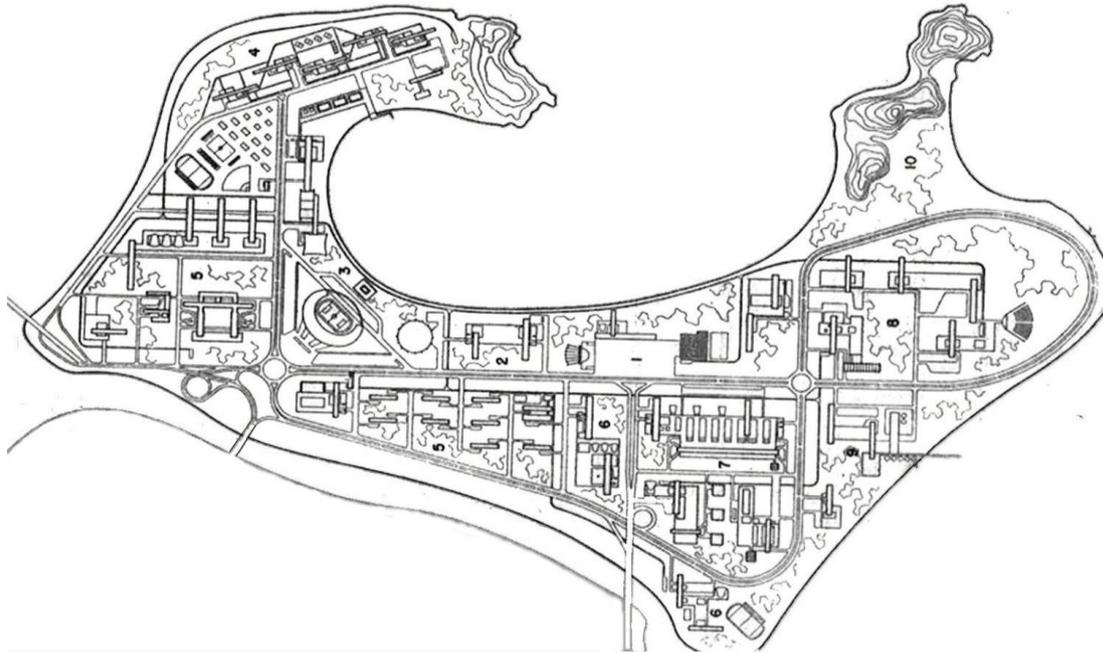


Fig. 1 – Plano do conjunto da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Segundo anteprojeto, por Jorge Machado Moreira, 1954. (1) Setor de Reitoria, Biblioteca, Museu e Planetário; (2) Setor de Ciências Sociais, Jurídicas, Políticas, Econômicas e Administrativas; (3) Setor de Educação Física e Desportos; (4) Setor de Residências para estudantes, professores e funcionários; (5) Setor de Medicina, Odontologia, Farmácia e enfermagem; (6) Setor de Filosofia, Ciências, Letras e Educação; (7) Setor de Engenharia, Química, Tecnologia, Eletrotécnica e Física Nuclear; (8) Setor de Arquitetura, Urbanismo, Belas Artes, Música e Teatro; (9) Setor da prefeitura e Serviços Auxiliares; (10) Horto Botânico. Fonte: Barbosa, 1957.

O discurso oferece indícios de que foram tomadas, na época, iniciativas na direção de uma integração entre a universidade e a cidade. Para legitimar a escolha da localização da Cidade Universitária nas nove ilhas, o relatório do ETUB publicou um mapa em que o bairro com maior população estudantil foi posicionado no centro, sinalizando que a decisão relativa à localização teria priorizado esse critério.

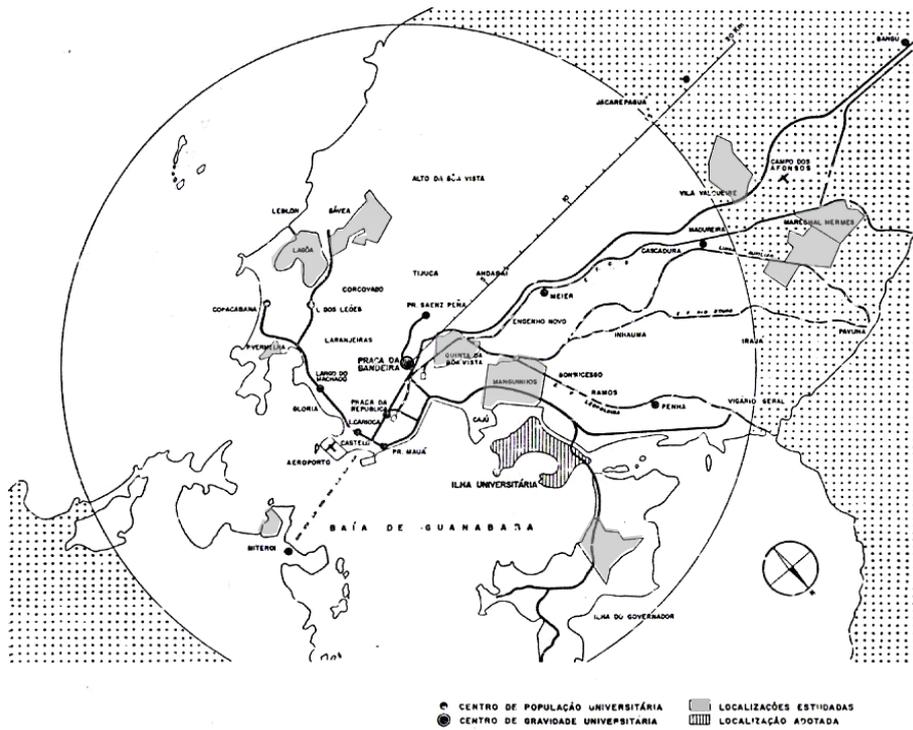


Fig. 2 – Localização da Cidade Universitária no aterro das nove ilhas. Estudos de comparação com as outras localizações estudadas. Fonte: Barbosa (1957, p.13, grifo nosso)

Nessa direção, a decisão em localizar a Cidade Universitária próxima a Manguinhos foi justificada no relatório do ETUB com base na seguinte argumentação:

A localização adotada leva em conta a inalterável e sempre crescente preponderância demográfica da zona norte, que, já no recenseamento de 1940, possuía 52% da população estudantil de nível superior, ao passo que a zona sul contava com apenas 39%, cabendo a 9% a Niterói (ETUB, 1954, p.4). [...] Segundo o plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, a zona de Manguinhos e, portanto, da Ilha Universitária, corresponde não só ao bairro para o qual converge grande número das principais vias de trânsito urbano e suburbano existentes e projetadas, como também a um dos mais próximos do centro de gravidade da população, cuja rápida infiltração pelas vastas áreas circunvizinhas é responsável pelo progressivo deslocamento daquele centro na direção norte (ETUB, 1954, p.4).

As iniciativas de integração universidade-cidade naquele contexto também eram de natureza institucional, entre o ETUB e a Prefeitura do Distrito Federal (PDF). A Secretaria de Viação e Obras da PDF é citada em diversos momentos, ressaltando sua importância como um órgão comprometido em viabilizar as obras de infra-estrutura necessárias ao funcionamento da Cidade Universitária.

O processo de urbanização da Cidade Universitária demandava diversos serviços que, para serem disponibilizados, a universidade deveria recorrer à cidade. Outra passagem que explicita iniciativas de cooperação entre a universidade e a cidade discorre sobre discussões acerca da necessidade de integração do Hospital de Clínicas (hoje, Hospital Universitário) na rede hospitalar da cidade.

As estratégias de integração da Ilha Universitária com a cidade priorizavam facilitar as condições de acesso rodoviário através de pontes. Nesse sentido, a Praça da Reitoria – prevista no Plano do Conjunto como o centro gravitacional da Cidade Universitária – foi apresentada como elemento central de integração, tanto intra-universitária quanto entre a universidade e a cidade.

Não obstante essas iniciativas, o Relatório do ETUB deixa transparecer que um certo isolamento da Cidade Universitária era desejado: “um canal de 200 a 300 metros garante o vantajoso isolamento em que ficará a Cidade Universitária. Uma ponte a liga ao continente e uma outra à Ilha do Governador. Está em construção uma terceira, para dar acesso direto e mais rápido aos setores de ensino” (ETUB, 1954, p.5).

O insucesso da implantação integral da Cidade Universitária, ocasionada pela paralisação das obras – por conta da crise econômica e política deflagrada pelo suicídio de Vargas – aprofundou o processo de fragmentação da UFRJ. Dos muitos edifícios apresentados no Plano do Conjunto projetado por Jorge Machado e sua equipe, somente quatro foram implantados: o Hospital de Clínicas, a Faculdade Nacional de Arquitetura, a Escola Nacional de Engenharia e o Instituto de Puericultura³.

Dentre as obras que não foram executadas está a Praça da Reitoria. Sua não implantação ocasionou no fracasso das estratégias de integração associadas a ela. Com a aquisição do Palácio Universitário, na Praia Vermelha, cedido pelo Governo Federal à Universidade, em 1949, o reitor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt decidiu instalar a reitoria nesse edifício histórico. Numa entrevista concedida pelo ex-reitor Pedro Calmon, em 1972 – contexto em que se reiniciavam as obras na Cidade Universitária com vultosos recursos – ele justificou aquela decisão, aqui se referindo às faculdades, usando uma alegoria:

Lembremos o apólogo da couve e do carvalho. Utilizei-o uma vez, há 20 anos, quando queriam que o reitor fechasse as velhas Faculdades espalhadas pelo Rio, a fim de concentrar esforços na edificação da Cidade Universitária, na sua ilha; Ilha de Futuro, cercada de privações por todos os lados. Disse, então, que faria a política da couve, para o dia, a espera da sombra do carvalho, para o século. Agora asseveramos o oposto. Chegou a hora do tronco robusto, da nobre folhagem, da sombra acolhedora, do trabalho corajoso inspirado no eterno, e não no provisório (LUZ; BARROSO, 1972, p.30).

É importante ressaltar que a administração central da instituição não tem, até o presente momento, uma sede própria na Cidade Universitária. Suas instalações ocupam o edifício inicialmente destinado à Faculdade Nacional de Arquitetura. Essa observação permite levantar hipóteses acerca da falta de centralidade da Reitoria na trajetória histórica da UFRJ. No contexto de criação da universidade, ela estava sediada na Faculdade de Direito, locus por excelência do poder de ingerência dos professores catedráticos. Posteriormente, as instalações da Reitoria foram transferidas para o Ministério da Educação e Saúde, ou seja, para fora da Universidade. No momento de implantação da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, na década de 1950, a Reitoria estava sediada no Palácio Universitário, na Praia Vermelha.

A Reitoria da UFRJ continua carecendo de um espaço físico próprio, um centro administrativo referencial⁴. Entendo que para compreender os mecanismos que condenaram a Universidade Federal do Rio de Janeiro a um processo de fragmentação contínuo, é preciso entender, dentre outros aspectos, a posição que a Reitoria ocupa dentro dos freqüentes rearranjos físicos e institucionais verificados desde a origem dessa instituição. Há indícios de que, no percurso histórico da UFRJ, a falta de centralidade física da Reitoria pode ser traduzida numa falta de centralidade também institucional, comprometendo a sua capacidade de alavancar um projeto efetivo de integração da universidade em níveis mais elevados.

A Cidade Universitária, com suas edificações inacabadas, ficou durante parte das décadas de 1950 e 1960 em estado de completo abandono. As tentativas de viabilizar a Cidade Universitária como espaço integral da UFRJ só foi retomado pelos Governos Militares, no final da década de 1960.

2. O conceito de *integração* no documento “A UFRJ Participa do Processo de Desenvolvimento do Brasil”

Em fins da década de 1950, a implantação da Cidade Universitária estava paralisada desde a crise institucional deflagrada pela morte de Vargas, em 1954. O Palácio Universitário havia sido cedido ao patrimônio da Universidade do Brasil, e várias unidades passaram a funcionar dentro do edifício histórico – a Reitoria, inclusive – e no entorno dele, conformando o *Campus* da Praia Vermelha. Além das unidades sediadas nesse *campus*, outras tantas unidades da universidade se encontravam dispersas no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro.

No decorrer da década de 1960, a UFRJ passou por transformações estruturais. Com a publicação da Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, a “Universidade do Brasil” passou a ser denominada “Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Os efeitos dessa alteração não foram de caráter meramente semântico. Com a nova denominação, a Universidade perdeu centralidade em relação ao conjunto das universidades públicas brasileiras, pois tal alteração implicou na redenominação também das faculdades. Essas perderam o adjetivo “Nacional” e deixaram de ser referência para as outras instituições de ensino superior brasileiras.

A publicação do decreto nº 53/66 deu início ao processo da Reforma Universitária que se consolidaria com a aprovação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Claramente influenciado pelo relatório de Atcon⁵, o decreto previa a divisão do ensino em dois ciclos: o básico, abrangendo diversas áreas de conhecimento, cujas disciplinas seriam ministradas através de Institutos formando um só sistema para toda a universidade; e o da especialização profissional (LUZ; BARROSO, 1972).

Dentre os documentos que subsidiaram a elaboração do Plano Diretor da UFRJ, de 1972, destaca-se o relatório “A UFRJ Participa do Processo de Desenvolvimento do Brasil” (UFRJPPDB). O diagnóstico apresentado nesse documento aponta que o plano inicial de implantação da Cidade Universitária, elaborado na década de 1950, previa 54 edifícios independentes para escolas, faculdades e institutos, “segundo o velho modelo federativo”, afirmando que no início da década de 1960, a UFRJ

ainda se ressentia do vício da estruturação, originário do Estatuto das Universidades Brasileiras, aprovado em 1931, que prescrevia o agrupamento de unidades escolares paralelas, mas não interdependentes, em organização federativa, inorgânica, com graves implicações negativas, tais como material dividido, pessoal multiplicado, instalações e atividades repetidas, acarretando prejuízo no rendimento de cada unidade e no conjunto e dificultando a convivência comunitária, integradora e essencial, de estudantes e professores (UFRJ, 1972, p.1).

As influências das recomendações de Atcon atravessam todo o discurso UFRJPPDB e podemos identificá-las através dos termos recorrentes no relatório, pertencentes ao léxico do consultor da USAID: “interdependência”, “organicidade”, “rendimento”, “convivência comunitária integradora”, “multiplicação de pessoal”, “repetição de instalações e atividades”; tais termos constam no diagnóstico que Atcon fizera da situação da universidade brasileira.

A idéia de adaptar a UFRJ ao modelo *campus* norteou todo o processo de reformulação do Plano Diretor da UFRJ naquele contexto. As comparações entre o Plano em reformulação e o Plano original eram recorrentes nos documentos e relatórios. A comparação era sempre acompanhada de uma intenção de superação do velho modelo pela implantação de uma universidade afinada com as “novas idéias”.

Segundo o Professor Alfredo Amaral Osório, Sub-Reitor de Desenvolvimento, em entrevista à publicada no artigo “Cidade Universitária: um sonho de 37 anos”, os critérios que pautaram a elaboração do Plano Diretor publicado em 1972 foram os seguintes:

1. Seguir a política do Governo, especialmente no que tange ao Plano Estratégico de Desenvolvimento concentrando os recursos nas atividades consideradas prioritárias, ou seja, Saúde, Tecnologia, Ciências Básicas, Formação de professores e Educação Física; 2. Concluir as obras em andamento; 3. Fazer construções que permitissem a transferência para a Cidade Universitária de unidades que completassem ou integrassem atividades docentes já existentes no *campus*; 4. Construções que permitissem a liberação de imóveis até então ocupados pelas unidades que seriam transferidas para a Cidade Universitária e das precariamente instaladas. A adoção desses critérios conduziu ao Plano Prioritário de Obras da Cidade Universitária (LUZ; BARROSO, 1972, p.21).



Fig.3 – Plano Diretor da UFRJ, de 1972. O plano urbanístico, nesse contexto, representava o produto final do processo de planejamento. Por isso, era entendido como a síntese do plano diretor. Os diferentes setores foram representados em colorações distintas. Fonte: UFRJ (1972)

A justificativa quanto à pertinência da implantação dos edifícios de forma esparsa, tanto no Plano de Conjunto original quanto no Plano Diretor de 1972, apontou para a atitude cautelosa dos planejadores no sentido de assegurar áreas amplas para atender às necessidades de expansão das unidades. Fato é que as unidades não se expandiram de acordo com as estimativas dos planejadores, e as áreas destinadas à *expansão* acabaram por provocar *dispersão*.

As iniciativas de integração intra-universitária previstas no Plano Diretor de 1972 apontam para a implantação de edifícios a partir da congregação das atividades das unidades afins. Diferentemente do plano de 1950, a universidade passa a ser entendida como um todo sistêmico.

O processo de integração intra-universitária era motivado pela transferência de todas as unidades da UFRJ para o seu *campus*, iniciada com a primeira etapa do Plano de Obras Prioritárias (POP). Essa primeira etapa – iniciada em janeiro de 1970 e concluída em setembro de 1972 (em comemoração ao Sesquicentenário da Independência) – foi custeada com recursos orçamentários e recursos advindos de agências internacionais. Esses recursos asseguraram a construção e conclusão dos edifícios que abrigariam diversas unidades que se encontravam dispersas na cidade do Rio de Janeiro, propiciando suas transferências.

O aumento do número de vagas nas universidades foi um dos objetivos centrais da Reforma Universitária de 1968. As vagas foram destinadas, em maior número, para as áreas de tecnologia e saúde, de modo que o Centro de Tecnologia e o Centro de Ciências Médicas absorveram quase 50% do total de alunos matriculados na UFRJ, naquele contexto.

O relatório UFRJPPDB aborda ainda a questão da cessão de uso de áreas da Ilha Universitária para a localização de instituições de pesquisa extra-universitárias. Essa iniciativa estava afinada com uma visão de ensino e pesquisa universitária preconizados pela Reforma Universitária de 1968: dotar as universidades de todos os meios possíveis para que pudessem desempenhar o papel de motor do desenvolvimento tecnológico do país. Segundo o Relatório,

Visando a enriquecê-lo com instituições científicas ou culturais, completando ou integrando as próprias atividades da Universidade, mediante convênios de cessão de uso de áreas de terreno, já estão localizados na Cidade Universitária o Instituto de Engenharia Nuclear, [...] e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS, da Cia. Vale do Rio Doce e da Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais (UFRJ, 1972, p.2).

Em 1968, o professor Raymundo Moniz de Aragão, na condição de Ministro da Educação e Cultura desde 1965, promove uma reforma acadêmico-institucional na UFRJ. Como reitor,

toma a decisão histórica de transferir a Reitoria da UFRJ do Palácio Universitário, na Praia Vermelha, para o *campus*. Em suas palavras, “a Cidade Universitária só deixaria de ser considerada um *far-west* habitado por pioneiros, se a Reitoria fosse para lá” (LUZ; BARROSO, 1972, p.17).

No tocante à questão da integração da UFRJ com a cidade do Rio de Janeiro, os documentos analisados mencionaram as iniciativas de integração interinstitucional entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Guanabara. De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 6, de 21 de janeiro de 1970, o Governo do Estado da Guanabara ficou encarregado das obras de urbanização do espaço universitário da UFRJ: vias de acesso, abastecimento de água, esgotos sanitários, arruamentos, águas pluviais e iluminação pública.

Não obstante, as iniciativas de integração entre a comunidade universitária e a comunidade cidadina – apesar de serem enfatizadas nas propostas de Atcon – não foram incentivadas. Pode-se especular que isso estaria relacionado a duas possíveis razões. Em primeiro lugar, porque a ditadura militar radicalizara a repressão aos opositores do regime desde o AI-5. Considerando que entre esses opositores havia um grande número de professores e estudantes universitários, o regime repressor não via com bons olhos a aproximação da comunidade universitária com a comunidade cidadina, temeroso de que a primeira instigasse a segunda a movimentos de insurgência contra o sistema político vigente. A segunda razão teria a ver com o fato de que projetos de extensão estimulados pelo Governo Federal não objetivavam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações no entorno imediato das universidades e sim nas regiões periféricas do território nacional, através do Programa *Campus* Avançado, coordenado pelo Projeto Rondon em parceria com as universidades. Ou seja, os projetos de extensão universitária estavam voltados para a escala nacional.

Outro ponto relevante do Plano de Obras Prioritárias diz respeito à política de alienação dos imóveis que a UFRJ detinha na cidade. Essa política de alienação de bens previa o custeio da segunda etapa do POP – a transferência das unidades restantes, que ainda estavam sediadas na cidade, para o *campus*. Essa segunda etapa do POP estava prevista para o triênio 1973-75. Contudo, a única unidade transferida depois da conclusão da primeira etapa do POP, em 1972, foi a Faculdade de Letras, em 1983.

A importância atribuída ao processo de implantação do espaço físico da UFRJ é explicitada na entrevista com o então reitor Djacir Menezes em que relatava uma conversa com o então Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho:

Disse certa vez o Ministro Passarinho, numa de suas visitas, que “a ilha era a própria Reforma”. Queria significar que a mudança “interior”, de métodos e

propósitos pedagógicos, idealizada e legislada por tantos pioneiros, formulado pelo Conselho Universitário e aprovada pelos órgãos superiores do Governo, não se realizaria sem a mudança “exterior” para o seu *campus*. (LUZ; BARRROSO, 1972, p.31).

A fala do Ministro evidencia que a forma de territorialização da UFRJ era determinante para o sucesso do projeto de Reforma acadêmico-institucional, em curso, ou seja, a adequação da forma era determinante para a transformação do conteúdo.

Por fim, a idéia de integração no Plano Diretor da UFRJ de 1972 está referenciada no programa educacional do Governo Médici, influenciado pelas concepções de Atcon. No plano físico, pode ser constatada a proposta de implantação de uma zona comercial aglutinadora da comunidade universitária, a construção de edifícios seguindo tipologias mais flexíveis (a exemplo da Escola de Educação Física e Desportos), o deslocamento do Centro de Filosofia e Ciências Humanas para um terreno mais central no *campus* (em relação ao projeto da década 1950, analisado no item anterior). No entanto, há indícios de permanências dos postulados presentes no Plano do Conjunto da década de 1950: permanência de um zoneamento rígido que dispersa as unidades acadêmicas pelo território universitário em quarteirões estanques.

Apesar da sede da Reitoria não ter sido construída no *Campus* da UFRJ, suas instalações foram alocadas no edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A tomada de consciência acerca do papel aglutinador da Reitoria, enquanto centro gravitacional da universidade, tanto do ponto de vista físico quanto institucional – evidenciada na fala do ex-reitor Moniz de Aragão – atesta a adoção de um modelo de universidade pensado sob a lógica sistêmica.

3. O conceito de *integração* no documento “Plano Diretor UFRJ 2020: Proposta Para Discussão”

No ano de 2006 o reitor Aloísio Teixeira encaminhou ao debate da comunidade universitária o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentando um diagnóstico da situação acadêmico-institucional da UFRJ. O documento afirmava que a cultura da instituição permanecia refém do “cientificismo positivista” e da “universidade elitista e bachaleresca” dos anos 1940, posteriormente, reforçada pela “reforma tecnocrática autoritária” dos anos 1970. O documento ressaltou a fragmentação como um dos principais obstáculos à superação dessa cultura vista como arcaica e profissionalizante (UFRJ, 2009).

Como estratégia de superação da “cultura da fragmentação”, emergiu no seio do debate a idéia de integração como elemento central. A estratégia deveria desencadear um processo

de reestruturação institucional e pedagógica, a partir da incorporação dos conceitos de integração e articulação entre disciplinas e campos do saber.

O diagnóstico apresentado no PDI, reafirmado no Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) e, que posteriormente estruturou as Diretrizes do Plano Diretor UFRJ 2020 apontava para a fragmentação interna da universidade e o isolamento em relação à cidade como os principais entraves para a reestruturação da UFRJ como uma instituição apta ao cumprimento de seus objetivos tanto do ponto de vista “acadêmico-científico, quanto sócio-educativos e político-institucionais” (UFRJ, 2009, p.13).

As Diretrizes do Plano Diretor UFRJ 2020, parte de três princípios organizadores:

- a) Dupla dimensão da integração: integração interna da UFRJ e integração da UFRJ com a cidade (e por extensão, ao Estado e ao país), dimensões essas que são inseparáveis, à medida em que não haverá integração acadêmica e físico-territorial da UFRJ se não houver integração da Universidade, em primeiro lugar do Campus da Ilha da Cidade Universitária, à Cidade do Rio de Janeiro.
- b) Visão de conjunto dos espaços e edificações disponíveis: visão integrada do patrimônio fundiário e edificado da UFRJ, “preservando sua integridade e inalienabilidade” (Resolução CONSUNI nº 09/2007, XV.1).
- c) Horizonte de longo prazo: objetivos para o horizonte 2020, com metas intermediárias em quatro e oito anos.

O Plano Diretor UFRJ 2020 apostou na transferência de todas as unidades da UFRJ para a Ilha do Fundão de modo a viabilizar a concentração física, visando criar condições para a dupla integração. A necessidade de justificativa para a localização do campus universitário da UFRJ volta à tona, passados sessenta anos desde a decisão governamental que decidiu localizar a universidade no aterro das ilhas.

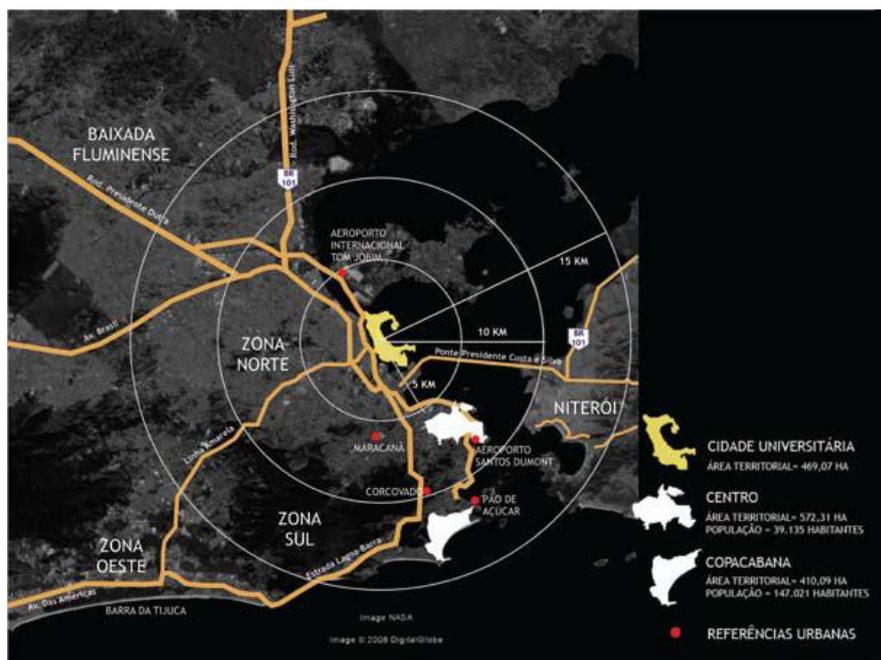


Fig.4 – Localização do *Campus* da UFRJ na Ilha do Fundão em relação à cidade do Rio de Janeiro Fonte: UFRJ (2009, p.12)

O documento “Plano Diretor UFRJ 2020: proposta para discussão” consiste numa versão preliminar do PDUFRJ2020 e está estruturado em três vetores: o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária (PDCIDUNI 2020); o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV 2020); o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI 2020).

O PDCIDUNI constitui eixo estruturante e referência primeira para o conjunto do PDUFRJ2020, uma vez que traz as proposições referentes à Ilha do Fundão como o espaço universitário da UFRJ, onde estariam previstas as instalações para todas as unidades da instituição que decidirem pela transferência. A nova configuração do *campus* proposto pelo PDUFRJ2020 visa superar as concepções rodoviaristas e funcionalistas, marcadas pela disposição dos edifícios em terrenos estanques, herdadas do urbanismo modernista que lhe deu forma em sua implantação primeira.

As idéias-força, objetivos e princípios são os elementos norteadores da elaboração das políticas do PDCIDUNI. As políticas são apresentadas em 11 subcapítulos intitulados: Cidade Universitária, Cidade Acessível; Cidade Universitária, Cidade de Convergência e Integrações; Política de Residência Universitária – viver na CIDUNI, morar na CIDUNI; Política de alimentação; Cidade Universitária, Cidade Ambiental e Energeticamente Responsável; Cidade Universitária, Cidade do Conhecimento e das Artes; Cidade Universitária – Cidade Esportiva; Cidade Universitária, Cidade Comunicativa; Política de Serviços Urbanos e Espaços Comerciais; Cidade Universitária, Cidade da Inovação e Experimentação; Política de Segurança Pública; e Política de Infra-estrutura Geral.

As políticas de transporte são apresentadas no subcapítulo “Cidade Universitária, Cidade Acessível” e tem como pontos centrais a acessibilidade e mobilidade. A integração intra-universitária seria facilitada pela priorização do transporte ativo (transporte à propulsão humana) e coletivo, destinando a eles os eixos centrais de circulação enquanto o transporte motorizado individual seria canalizado para uma via periférica; os estacionamentos serão redimensionados e realocados (ibid, p.24).

A integração universidade-cidade, conforme o discurso salienta, seria viabilizada a partir da melhoria das condições de acesso rodoviário ao *campus*, além de iniciativas de transporte de massa sobre trilhos e transporte hidroviário. No tocante ao transporte ferroviário, a idéia é implantar uma linha férrea ligando a Ilha do Governador à Central do Brasil, com estações no Aeroporto Internacional Tom Jobim, no *campus* e em Bonsucesso, assegurando a “conexão com as redes de metrô e trem, bem como ao conjunto das redes de transporte rodoviário, oferecendo acesso rápido ao *campus* de várias partes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (UFRJ, 2009, p.23). O transporte hidroviário visa estabelecer a ligação do *Campus* da UFRJ com a Universidade Federal Fluminense (Gragoatá), Praça XV e Praia Vermelha.

reversão da fragmentação espacial do *Campus* da UFRJ a partir de três iniciativas: implementar os Centros de Convergência, implantar a Área Central e enfatizar o uso coletivo das edificações e espaços.

A criação dos Centros de Convergência é uma das propostas-chave do PDUFRJ2020 para a promoção da integração intra-universitária e universidade-cidade. “Os Centros de convergência constituem uma unidade básica de planejamento, cujos atributos são densidade, diversidade, convivência de usos e usuários, conectividade, ambiência urbana” (UFRJ, 2009, p.26). Os Centros têm por objetivo integrar, as edificações e usos voltados às atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativas e de apoio; além das residências, restaurantes universitários, instalações para formação e desenvolvimento de recursos humanos; espaços de convivência; auditórios; quadras poliesportivas etc;



Fig.6 – Centros de Convergência. Da esquerda para a direita: Centro de Ciências da Saúde (CCS), Canal da Reitoria (a construir); Novas Expansões (a construir); Centro de Tecnologia/Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CT-CCMN); Faculdade de Letras-Humanidades e; Faculdade de Arquitetura-Escola de Belas Artes-Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (FAU-EBA-IPPUR). Fonte UFRJ Debate (2009, p.53)

A “Política de Residência Universitária” traz uma crítica à concepção de alojamentos, qualificado pelo PDUFRJ2020 como “edifícios-depósito”, comparando-os aos conjuntos habitacionais precários e segregados, implantados pela Ditadura Militar. Neste sentido, a proposta do Plano Diretor é superar a concepção do “alojamento” e do “alojado” através de uma proposta de residência universitária que deverá contemplar os diferentes segmentos da comunidade universitária, priorizando a moradia estudantil social (integralmente subsidiada). Os técnico-administrativos, docentes e os estudantes (que não fizerem jus às moradias estudantis sociais) que irão residir nas unidades, serão contemplados pela modalidade de locação.

A “Política Ambiental e Energética” apresenta como propostas: o uso responsável e econômico dos recursos materiais; economia e eficiência energéticas; fontes alternativas de

energia; economia e eficiência no uso de recursos hídricos; recuperação, reciclagem, gestão e destinação adequada de resíduos sólidos; redução da poluição atmosférica e de emissões de gases de efeito-estufa; recuperação e preservação de biomas relevantes, expressivos da bacia da Baía da Guanabara; modos de vida saudáveis, implicando disseminação da prática de exercícios físicos e hábitos alimentares saudáveis (produtos orgânicos).

Os propósitos da “Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica” também visam promover integração intra-universitária e entre a universidade e a cidade. As propostas visam integrar o conjunto de instituições científicas e culturais universitárias fazendo-as interagir com as da cidade. Dentre as iniciativas de interação está a articulação com as redes de ensino fundamental e médio da cidade e do estado, colaborando para a formação de professores e para a iniciação científica e artística dos alunos.

O documento propõe também uma “Política de Esporte e Lazer” prevê a instalação de espaços no sentido de estimular a prática de atividades físicas espontâneas, tanto por parte da comunidade interna quanto externa; prover serviços e equipamentos que estimulem a permanência e a interação; fornecer espaços públicos abertos para a convivência e a prática de atividades físicas, artísticas e lazer; e interligar os Centros de Convergência desempenhando um papel fundamental na integração intra-universitária (UFRJ, 2009).

A “Política de Serviços Urbanos e Espaços Comerciais” aposta em dois vetores: comércio e serviços “de bairro”; e centro comercial. O primeiro consiste no pequeno comércio e visa atender à comunidade dos Centros de Convergências e moradores das Residências Universitárias com serviços de papelaria, lanchonete, padaria, barraca de frutas, serviços de fotocópia, livraria-café, farmácia etc. O centro comercial prevê áreas para cinema, teatro e serviços mais qualificados e deverá localizar-se na Área Central, vizinho à Administração Central, servido pela estação da SuperVia.

A “Política de Segurança Pública” está apoiada em dois vetores: segurança patrimonial e segurança das pessoas. O texto elogia as medidas preventivas tomadas nos últimos anos e afirma o compromisso de manter-se na mesma linha, apostando na densificação e utilização dos espaços.

O segundo vetor do “Plano Diretor UFRJ 2020: proposta para discussão” é o **Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha 2020 (POUPV)**. As estratégias de integração universidade-cidade e integração do patrimônio da universidade estão contempladas na proposta. A primeira ação prevista é o esvaziamento do Palácio Universitário no que diz respeito às atividades de ensino e pesquisa rotineiros para que ele possa abrigar outros eventos condizentes com as necessidades de sua preservação. Para o *Campus* da Praia Vermelha estaria previsto ainda a implantação de um complexo que abrigaria um Centro

Cultural e um Centro de Convenções, sendo o Palácio Universitário o elemento central. O complexo ficaria sob a responsabilidade do Fórum de Ciência e cultura, cuja vocação já seria a de “promover o diálogo permanente entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ com entidades e movimentos representativos da sociedade” (ibid, p.46).

O terceiro vetor, por fim, é o **Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUII)**. Esse vetor tem por objetivo requalificar os usos e discutir meios de preservação dos edifícios com valor histórico, sediadas no tecido urbano da cidade. As propostas visam conferir novos usos, bem como preservar os edifícios do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Faculdade Nacional de Direito (FND) e das unidades do Complexo Hospitalar da UFRJ.

Considerações finais

A tônica que sublinha as iniciativas de integração universidade-cidade evidenciadas no discurso “Cidade Universitária da Universidade do Brasil” remete a concepções rodoviaristas e à cooperação interinstitucional. Não há no Plano de 1954 nenhuma proposta de criação de espaços de interação entre a comunidade universitária e a população cidadina. Essa desconsideração não é gratuita. Os postulados modernistas viam na implantação do espaço universitário a oportunidade de por em prática os conceitos de ordenação, setorização, unidade e remodelamento – firmados numa idéia de construção de uma cidade ideal – contrapondo à ocupação vernácula dos centros urbanos (RODRIGUES, 2001). Segundo essa concepção urbanística, o caos urbano é resultado do desordenamento trazido pela industrialização que trouxe um aumento populacional ocasionando um inchaço das cidades, trazendo adensamento de edifícios, ocupações espontâneas dos espaços da cidade, dificuldades de deslocamento decorrentes de um trânsito caótico causado por vias ineficientes, insalubridade dos espaços, etc. O urbanismo modernista tende a entender a cidade universitária e espaço urbano como dicotômicos. A implantação de uma cidade universitária, segundo a concepção modernista, apresenta-se como a criação de um espaço ordenado/ideal para contrapor ao espaço urbano, entendido por eles como desordenado/banal. Do ponto de vista formal, esta perspectiva acena no sentido de criar obstáculos para a integração universidade-cidade, de modo a assegurar que vida urbana (vista como caótica) não contaminasse o ambiente universitário ideal.

O Plano Diretor publicado em 1972 objetivava propiciar uma maior integração entre áreas já privilegiadas pela política educacional do governo através da concentração dos edifícios que abrigariam esses centros no *Campus* da UFRJ. Contudo, apesar do discurso apresentado no documento “A UFRJ Participa do Processo de Desenvolvimento do Brasil” apontar para

uma forma de territorialização do espaço universitário que visava reverter a lógica do antigo modelo, uma comparação entre o Plano Diretor (Fig.3), e o segundo anteprojeto do Plano do Conjunto, elaborado na década de 1950 (Fig.1), atesta mais similitudes que diferenças. Analisando o relatório “Considerações sobre a localização da Cidade Universitária e do Aeroporto do Galeão” – elaborado pelo Escritório Técnico da Universidade e publicado em 1969 – foi possível constatar que, num primeiro momento, as permanências da primeira implantação foram justificadas pela continuidade da pertinência dos fatores que a determinaram. Num segundo momento, tais permanências foram justificadas segundo o argumento de que elas se materializaram de tal forma que a nova estruturação do espaço universitário não podia desconsiderá-las, nem mesmo revertê-las. Ou seja, as ambições reformadoras advindas com a influência das propostas de Atcon, na UFRJ, foram obstaculizadas pela implantação originária (cidade universitária), que se mostrava refratária ao novo modelo (*campus*).

Os princípios organizadores do “Plano Diretor UFRJ 2020: proposta para discussão” sinalizam a instauração de um modelo de universidade distinto das duas concepções abordadas anteriormente. O princípio da dupla integração pressupõe uma abordagem em que a universidade se constitui na sua relação com a cidade na mesma medida em que integra suas diversas unidades. Essa conformação de totalidade está pautada por uma relação bi-unívoca: da universidade com a cidade e da universidade com as suas unidades. Portanto, a universidade se constituiria no movimento em direção à integração com a cidade ao mesmo tempo em que se constitui também no movimento de integração das suas unidades. O viés orgânico presente no discurso pode ser observado na prioridade dada à melhoria das condições de mobilidade: sem uma política de mobilidade que estabelecesse a relação direta entre o espaço universitário e o espaço urbano o plano não se sustentaria. Aqui há uma busca da superação da dicotomia entre espaço universitário e espaço urbano no sentido de alcançar uma interpenetração: “a universidade quer tornar-se urbana” e a cidade quer se tornar uma extensão do espaço de inovação representado pela universidade.

Referências

ATCON, Rudolph P. Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

BARBOSA, Luiz Hildebrando Horta. Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Separata da Revista do Serviço Público. Ano 19, n.(?) – Maio de 1956. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1957.

ETU. Considerações sobre a localização da Cidade Universitária e do Aeroporto do Galeão. Rio de Janeiro: UFRJ. 1969

ETUB. Cidade Universitária da Universidade do Brasil: relatório das atividades em 1954. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

LUZ, Celina; BARROSO, Manoel Antônio. Cidade Universitária: um sonho de 37 anos. In: Educação, Brasília: MEC, n. 5, abr. a jun. 1972.

NOGUEIRA, Denise T. Universidade e campus no Brasil: o caso da Universidade Federal Fluminense. 2008. 300f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. A Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único. Niterói, EDUFF, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. A UFRJ participa do processo de desenvolvimento do Brasil: dados e informações. Rio de Janeiro: UFRJ. 1972.

_____. Plano Diretor UFRJ 2020: proposta para discussão. In: UFRJ Debate, Rio de Janeiro: CoordCOM UFRJ, n.5, jun. 2009.

Notas

¹ Apesar da implantação física na Ilha Universitária ter início no começo da década de 1950, a Universidade do Brasil permanecia estruturada nos marcos da Reforma de 1931.

² Esse documento programático, publicado em 1941, foi o resultado do IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) realizado em um navio que cruzou o mar de Marselha/França até Atenas/Grécia em 1933. A influência das suas proposições balizou as intervenções urbanas desde o período pós-segunda guerra até o final dos anos sessenta (NOGUEIRA, 2008). O documento trazia propostas para solucionar os problemas decorrentes dos processos de desenvolvimento industrial que, segundo os arquitetos modernistas, teria ocasionado o desordenamento e o caos nas cidades. A Carta de Atenas preconiza que as cidades deveriam ser planejadas para atender as quatro necessidades básicas do indivíduo-tipo: habitação, trabalho, lazer e circulação. Essa concepção previa o zoneamento da cidade em setores funcionais específicos para atender cada uma dessas necessidades.

³ O Hospital de Clínicas (atual Hospital Universitário Clementino Fraga) teve suas obras iniciadas em 1950. Em 1955, as obras foram interrompidas por escassez de recursos e somente foram retomadas na década de 1970. Ao longo dessa década as obras sofreram novas paralisações e o hospital só foi inaugurado em 1978, com apenas uma parte de sua estrutura física em funcionamento. O edifício da Faculdade Nacional de Arquitetura [atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo] teve suas obras iniciadas em 1950, mas as atividades da Faculdade só foram integralmente transferidas para essas novas instalações em 1961. As obras da Escola Nacional de Engenharia [atual Centro de Tecnologia] tiveram início em janeiro de 1951 e foram concluídas em 1962. Com a conclusão das obras, as atividades da escola que antes funcionava no Largo de São Francisco, no centro da cidade Rio de Janeiro (onde hoje funciona o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ), passaram a ser transferidas paulatinamente para as novas instalações (o processo de transferência se estendeu até 1966). O Instituto de Puericultura teve suas obras iniciadas em junho de 1949 e sua inauguração se deu em outubro de 1953.

⁴ O segundo Plano de Jorge Machado Moreira, publicado em CUUB (ver Fig.13, p.123), previa a construção de uma sede própria para a Reitoria no centro da ilha, mas as obras não foram executadas. Essa proposta foi reiterada pelo Plano Diretor de 1972, mas novamente o projeto não saiu do papel e a Reitoria foi transferida do Palácio Universitário para o Edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Cidade Universitária, onde se encontra até o presente momento. O diagnóstico do Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ, elaborado em 2007, prevê a necessidade de construção de um novo complexo de prédios para a Administração Central, com Auditorium e Palácio dos Conselhos; “esse conjunto será localizado no centro geográfico da Ilha e será o ponto de convergência dos eixos acadêmicos do *campus*” (UFRJ, 2007, p.22).

⁵ Rudolph P. Atcon foi um professor grego, naturalizado norte-americano, que debruçou sobre a questão da modernização da universidade tanto no seu aspecto físico, quanto acadêmico-institucional. Atcon via na estratégia de integração uma forma de superação da rigidez, elitismo, monumentalismo e fragmentação físico-institucional da universidade tradicional, propugnando a adoção de conceitos como flexibilidade, funcionalidade e organicidade. No Brasil atuou como assessor de Anísio Teixeira na organização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na qualidade de Diretor-Assistente. No Chile, Honduras, Venezuela, Colômbia e Caribe, cooperou com universidades na realização de reformas de suas estruturas primitivas. Nos Governos Militares, Atcon volta à cena como consultor da *United States Agency for International Development* (USAID).